PPGFil PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
perspectiva filosófica
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

v. 51 n. 3 (2024): Filosofia da Raça

Submetido em: 20 set 2023
Aceito em: 12 jul 2024

Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

https://doi.org/10.51359/2357-9986.2024.259624

Do Genocídio do Negro ao Quilombismo: A Filosofia política de Abdias do Nascimento sobre o racismo brasileiro (1978-1980)

From the Genocide of the Negro to Quilombism: The Political Philosophy of Abdias do Nascimento on Brazilian Racism (1978-1980)

Juan Michel Montezuma dos Santos[1]
Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

O presente artigo busca analisar duas obras de Abdias Do Nascimento: *O Genocídio Do Negro Brasileiro – Processo de um Racismo Mascarado* e *O Quilombismo - Documentos de uma Militância Pan-Africanista* publicados respectivamente em 1977 e 1980. Propomos a seguinte questão: qual seria o peso da filosofia política de Abdias do Nascimento sobre o racismo brasileiro no território escolar? Partindo desse questionamento, busca-se analisar tal filosofia, suas interpretações históricas subjacentes e ideias do autor sobre a sociedade brasileira em seu quadro geral, a partir da coesão, coerência e semântica dos seus próprios textos. Por fim, retorna-se brevemente a questão inicial considerando as características da instituição escolar e suas convergências e divergências para com o conteúdo da obra de Abdias Do Nascimento.

Palavras-chave: Filosofia política. Educação. Abdias Do Nascimento. Pensamento Afro-Brasileiro.

ABSTRACT

This article seeks to analyze two works by Abdias Do Nascimento: O *Genocídio Do Negro Brasileiro – Processo de um Racismo Mascarado* and *O Quilombismo – Documentos de uma Militância Pan-Africanista* published respectively in 1977 and 1980. Adopted is the following question: what would be the political philosophy of Abdias do Nascimento about Brazilian racism in the school territory? Starting from this questioning, we seek to analyse this philosophy, its underlying historical interpretations and the author's ideas about Brazilian society in its general framework, from the cohesion, coherence and semantics of his own texts. Finally, the initial question is briefly returned, considering the characteristics of the school institution and its convergences and divergences with the content of the work of Abdias Do Nascimento.

Keywords: Political philosophy. Education. Abdias Do Nascimento. Afro-Brazilian Thought.

[1] E-mail: montezumamichel@usp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5514-2765.

INTRODUÇÃO

Tomar as obras de Abdias Do Nascimento como ponto de partida para uma discussão sobre a pertinência de uma filosofia política do povo afro-brasileiro é questionar primeiramente, e inevitavelmente, qual seria o impacto político de termos pensadores pretos nas instituições escolares? Para responder essa questão, podemos partir do conceito de território do professor Milton Santos em sua teoria sobre o espaço social, esboçado em muitas de suas obras das décadas de 1980 e 1990, com elaboração singularmente didática na coletânea *Território: globalização e fragmentação (1994)*. Na perspectiva do geógrafo baiano, o território é caracterizado primeiramente a partir do uso que a cultura, indivíduos e instituições fazem dele:

> Vivermos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que fez dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.(...) Em uma palavra: caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território. (Santos; 1998; p.15).

Partindo desse conceito, a instituição escolar enquanto território é um espaço social, onde a difusão da cultura depende diretamente da ação do indivíduo, dos grupos políticos e das classes sociais em relação aos paradigmas culturais instituídos nas sociedades capitalistas em intercâmbio cultural contínuo através do globo. Logo, começar a discussão sobre a pertinência de intelectuais pretos na educação política dos afro-brasileiros através das obras de Abdias Do Nascimento é estimular essa autonomia do sujeito histórico preto nos territórios em que ele vive, compromisso identificado na teoria social de Milton Santos e outros intelectuais pretos de destaque na história intelectual brasileira, como Manuel Quirino, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Edson Carneiro, Maria Beatriz Nascimento, Hélio Santos, Sueli Carneiro e Sílvio de Almeida.

zNesse sentido, o pensamento de Abdias é posto neste artigo como alinhado a um conjunto de estudos engajados em pensar e agir sobre a condição histórica e política do povo preto no Brasil. Um primeiro passo, um estranhamento e reflexão pragmática, a fim de fomentar a criticidade na educação filosófico-política dos afro-brasileiros, como um conhecimento em prol da ação transformadora, uma verdadeira filosofia da práxis preta.

CAMINHOS PARA O DIÁLOGO COM OS ESCRITOS DE ABDIAS DO NASCIMENTO.

No objetivo de definirmos com precisão o tipo de reflexão didática que se objetiva aqui, nos alinhamos epistemologicamente com a caracterização feita por Abdias Do Nascimento do seu próprio texto em *O Genocídio Do Negro Brasileiro,* talvez a sua maior contribuição para a História do Pensamento Político Afro-Brasileiro:

> O ensaio que desenvolverei nas páginas a seguir não se molda nas fórmulas convencionalmente prescritas para trabalhos acadêmicos e/ou comunicações científicas. Nem está o autor deste interessado no exercício de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertenço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. (Nascimento, Abdias; 2016; p.47)

Os escritos de Abdias Do Nascimento que serão estudados neste texto são de duas obras: *O Genocídio Do Negro Brasileiro – Processo de um Racismo Mascarado* e *O Quilombismo- Documentos de uma Militância Pan-Africanista*. Na primeira obra, os capítulos aqui discutidos são *Introdução*, *Discussão Sobre Raça: Proibida, Discriminação: Realidade Racial* e *A Perseguida Persistência da Cultura Africana no Brasil* e a *Conclusão*. Na segunda obra, analisamos as ideias em *Documento 1: Introdução ao livro "Mistura ou Massacre?* e o *Documento 7: O Quilombismo*. O objetivo geral é ter uma noção teórica e prática do pensamento de Abdias Do Nascimento, compreendendo sua perspectiva sobre a realidade social do Brasil e o lugar político ocupado pelo afro-brasileiro, em *O Genocídio Do Negro Brasileiro*, e o

seu potencial de aplicação no território escolar através das propostas de transformação histórica fundamentadas no alinhamento da ideologia panafricanista com o protagonismo político-institucional do quilombismo na sociedade nacional.

Abordando as ideias e depois as estratégias, cumpriremos o objetivo específico de representar Abdias Do Nascimento não apenas como um teórico sobre a discriminação racial, mas também como ativista. Essa representação é considerada tão fundamental quanto o comentário sobre as ideias políticas que serão apresentadas, pois nos permitirão ao final do artigo retomar a questão inicial: qual seria o impacto político de termos pensadores pretos nas instituições escolares?

A FILOSOFIA POLÍTICA DE ABDIAS DO NASCIMENTO:

> O que logo sobressai na consideração do tema básico deste ensaio é o fato de que, à base de especulações intelectuais, frequentemente com o apoio das chamadas ciências históricas, erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segunda esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas. (Nascimento, Abdias; 2016; p. 48)

A Filosofia política de Abdias Do Nascimento parte da premissa de que a democracia racial no Brasil é meramente discursiva, produto de uma especulação intelectual branca, carente da materialidade histórica para sustentá-la como realidade social, por fim tendo sua legitimidade sustentada no aparato político-institucional das elites dirigentes brancas. Por isso, Abdias identifica a metodologia do seu estudo sobre o sujeito negro brasileiro, como algo apartado das esquematizações, em sua qualificação; pseudocientíficas, utilizadas pelas ciências sociais no seu tempo; saberes que restringiam, em sua opinião, a análise do povo negro ao exame de características fenotípicas ou genotípicas. Esse tipo de exame leva a construção de eufemismos, na perspectiva de Abdias Do Nascimento, pretensamente concisos, por parte da intelectualidade branca, sobre a heterogeneidade dos homens de cor. Assim, as diferenciações entre preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço ou cabra, são supérfluas, em via do fato de que todas as idealizações do imaginário científico convergem materialmente no homem de cor, na comunidade afro-brasileira. Por isso, a crítica às ciências sociais cumpre um papel

fundante na interpretação histórica subjacente à filosofia política de Abdias Do Nascimento sobre o Brasil e seu tipo particular de racismo:

> Há alguns "cientistas" que de fato ajudam a construir toda uma carreira com a fabricação de novos eufemismos desse porte. Um dos exemplos mais convincentes se encontra no internacionalmente famoso Gilberto Freyre, fundador do chamado *lusotropicalismo*, a ideologia que tão efetivos serviços prestou ao colonialismo português. A teoria lusotropicalista de Freyre, partindo da suposição de que a história registrava uma definitiva incapacidade dos seres humanos em erigir civilizações importantes nos trópicos (os "selvagens" da África, os índios do Brasil seriam documentos viventes desse fato), afirma que os portugueses obtiveram êxito em criar, não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas, tanto na África quanto América. (Nascimento, Abdias; 2016; p.49)

Abdias Do Nascimento acusa Gilberto Freyre de mistificar e minimizar o racismo por meio de conceitos que transformam o racismo em um eufemismo. Além disso, atribuí ao estudo antropológico de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* a responsabilidade de ter interpretado a formação do Brasil como um processo histórico que positivamente integra o negro, ignorando como a identidade política do negro se perde na hegemonia cultural branca. Muito mais que uma polêmica, a discordância com a interpretação histórica de Gilberto Freyre é a base teórica do estudo de Abdias do Nascimento sobre a questão racial:

> Freyre cunha eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo *morenidade*; não se trata de ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta vazando uma extremamente perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente, quanto espiritualmente, através do malicioso processo do embranquecer a pele negra e a cultura do negro. É curioso notar que tal sofisticada espécie de racismo é uma perversão tão intrínseca ao Brasil a ponto de se tornar uma qualidade, diríamos, natural, do "branco" brasileiro. (Nascimento, Abdias; 2016; p.50)

Logo, se a democracia racial não é verificável na realidade como fato social, como aponta a crítica de Abdias Do Nascimento, resta verificar sua existência como discurso político, ou seja, o seu falseamento, sua existência apenas como ideologia. Há aqui, talvez de maneira não referenciada, uma influência do pensamento marxiano. De qualquer forma, para o autor de *O Genocídio Do Negro Brasileiro* a materialidade da democracia racial se restringe a isso: um discurso político que de-

fende o embranquecimento e a hegemonia cultural das elites dirigentes brancas da sociedade nacional. Uma mera ideia que ganha status de verdade histórica, pois está apoiada no aparato das instituições de poder no Brasil, por sua vez engajadas no projeto de subjugação moral, subalternidade socioeconômica e eliminação física da unidade cultural e política do povo afro-brasileiro que acaba por estruturar a ordem social do país. Nas obras de Abdias Do Nascimento, a democracia racial é a teoria contemporânea fundante da dominação branca sobre a vida social no Brasil contemporâneo. Por conta disso, ele chega a qualificá-la enquanto tabu entre as classes sociais sob a hegemonia branca, garantindo assim na qualidade de verdade, quase auto evidente, a continuidade histórica da supremacia política das classes dirigentes racistas no país. Nessa perspectiva, a democracia racial é difundida, e operada, tal como uma lei não escrita, que de maneira verticalizada, de cima para baixo, é imposta como um paradigma inquebrantável, pois é indiscutível, para todos aqueles que não tem verdadeira representação política na ordem social.

> Devo observar de saída que este assunto de "democracia racial" está dotado, para o oficialismo brasileiro, das características intocáveis de verdadeiro tabu. Estamos tratando com uma questão fechada, terreno sumamente perigoso. Ai daqueles que desfaziam as leis deste segredo! Pobres temerários que ousarem trazer o tema da reflexão ou mesmo a análise científica! Estarão chamando atenção para uma realidade social que deve permanecer escondida, oculta. (Nascimento, Abdias; 2016; p.50-53)

Há nessa provocação, muito mais do que o estabelecimento de um antagonismo político ideológico com um dos quadros mais destacados do pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX, trata-se sim da apresentação de outro elemento fundamental na teoria de Abdias Do Nascimento. Afinal, para o autor, a democracia racial como tabu é um ocultamento da verdadeira realidade social, pois o projeto de genocídio do povo afro-brasileiro é a dinâmica política subjacente de toda a sociedade nacional, ou seja, trata-se do projeto ordenador do corpo social, que formaliza as estruturas de poder político e econômico, que organiza o trabalho, que difunde e organiza a cultura das classes populares, médias e, especialmente, das elites econômicas e políticas, estrato onde o sujeito histórico preto não está, mas o racismo naturalizado por sua ausência engenhada politicamente reina como ponto pacífico, como valor comum para existência de civilidade dos *primus inter pares* nas elites brasileiras.

Se em Gilberto Freyre, a dinâmica social entre pretos e brancos é harmoniosa, produzindo a síntese sociológica que gera a integração em todas as esferas da vida em sociedade: economia, política e cultura, em Abdias Do Nascimento essa relação fundante do corpo social brasileiro é conflituosa, produzindo a marginalização do negro em todas as instâncias da sociedade brasileira. O fenômeno do conflito racial é o objeto de análise sobre o qual se organiza toda crítica social de Abdias do Nascimento sobre a história política do Brasil. As estruturas sociais mais profundas do país, na interpretação de Abdias Do Nascimento, são derivadas desse desenlace entre pretos e brancos, por essa razão ao qualificar a discriminação como realidade social do país, o autor parte da ideia de que no Brasil o racismo é uma lei consuetudinária, ou seja, algo que prescinde da institucionalização em sua forma mais aberta, como por exemplo a criação de um dispositivo jurídico:

> As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. A ideologia oficial ostensivamente apoia a discriminação econômica – para citar um exemplo – por motivo de raça. Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral, os anúncios procurando empregados se publicavam com a explícita advertência: "não se aceitam pessoas de cor." Mesmo após a lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada. Ela tem um valor puramente simbólico. Depois da lei, os anúncios se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora "pessoas de boa aparência". Basta substituir "boa aparência" por "branco" para se obter a verdadeira significação do eufemismo. Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece: difusa, mas ativa. (Nascimento; 2016; p.50-53)

O produto direto do racismo como lei consuetudinária, ou seja, como dispositivo político que conforma as relações sociais, sem necessidade de ser racionalizado na forma de um código jurídico no instrumental da burocracia estatal, é o impacto direto desse fenômeno na organização da ordem social. Onde a pobreza estrutural do Brasil estiver alocada, também ali estarão em grande maioria a massa popular negra. Ao referenciar a escritora Carolina Maria de Jesus, Abdias Do Nascimento busca demonstrar, tomando a trajetória dessa literata enquanto evidência, como a assimilação do negro no Brasil é um discurso vazio, um pano de chão imundo que não limpa a miséria social do povo afro-brasileiro dos chãos do espaço público ou privado por mais que finja, brevemente, elevar as almas negras ao prestígio fugidio das instituições políticas da ditadura branca:

> Outra manifestação da "perfeita assimilação dos negros nos *standards* da sociedade próspera" pode ser visto nas condições de vida dos afro-brasileiros ocupando os pardieiros – ou guetos – do país. No nordeste – Recife e outras cidades da área – a moradia do negro é o mocambo, geralmente infestado de germes e mosquitos das águas estagnadas em cujo meio ou vizinhanças se localizam. Em São Paulo, a moradia mais comum era o porão e, mais recente, as zonas chamadas de favela. O retrato de corpo inteiro da favela paulista está no livro de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo*, um terrível testemunho da vida da autora na favela. Traduzido para várias línguas, *Quarto de Despejo* é um dos raros livros brasileiros de circulação em vários países. Carolina Maria de Jesus, apesar do êxito internacional de seu livro, acaba de falecer em São Paulo nas mesmas condições de favelada. A *Folha de S. Paulo*, em editorial de 16 de fevereiro de 1977, intitulado *"A Catadora de Papéis"*, se refere a Carolina de Jesus nos seguintes termos: "foi ao mesmo tempo protagonista e cronista de um dos mais dolorosos dramas desta cidade: o de um submundo habitado por homens e mulheres aos quais falta o mínimo a que têm direito – pela sua simples condição humana". (Nascimento; 2016; p.99)

O corpo negro aparece no texto de Abdias Do Nascimento como um objeto em constante perseguição, em agonia contra a pobreza estrutural experenciada na luta constante pelo direito de viver. A mesma interpretação se estende à cultura africana, cuja produção tem em sua essência o ato de resistência configurado na imposição de um limite à violência por meio do direito de preservar a necessidade da crença, da fé, da certeza de que a comunidade é capaz de dar uma resposta politicamente independente à desumanidade das suas condições de existência. É a partir desse mote, nunca dissociado da luta entre brancos e pretos, que a cultura é interpretada na filosofia política de Abdias Do Nascimento. Em termos simples, argumenta que a cultura afro-brasileira é o ato de resistência da comunidade preta ao projeto de eliminação física dos seus membros.

Nesse sentido, o Candomblé é mais do que a síntese cultural-religiosa dos povos africanos para cá trazidos na condição de escravos, mas sim uma visão do mundo pautada pela experiência da diáspora e os projetos de emancipação política que dela se originam, uma ideologia do espírito da modernidade africana. Assim, a religião de matriz africana é, para Abdias Do Nascimento, uma manifestação da filosofia política que advoga por um mundo onde a supremacia política dos brancos não tenha lugar nas sociedades nascidas do sangue e suor desse povo que foi derramado nas terras e mares do Atlântico Sul durante a modernidade:

> O Candomblé, cuja mensagem no Brasil é essencialmente a mesma, como na África, significa: "Uma religião na qual nem o inferno nem o diabo têm lugar e que não aflige a vida do homem com um pecado original do qual se deve purificar, mas que convida o homem a sobrepujar suas imperfeições graças aos seu esforço, aos esforços da comunidade e os orixás." Constituindo a fonte e a principal trincheira da resistência cultural do africano, bem como o ventre gerador da arte afro-brasileira, o candomblé teve de procurar refúgio em lugares ocultos, de difícil acesso, a fim de suavizar sua longa história de sofrimentos às mãos da polícia. (Nascimento, Abdias; 2016, p.125).

É importante perceber que na filosofia política de Abdias Do Nascimento o Candomblé não está restringido somente a uma expressão da arte e da cultura. Candomblé, em seus escritos, é um projeto político institucional. Evidência disso, para Nascimento, é o cargo e a função do *ogan* em sua hierarquia. Para Abdias Do Nascimento, a existência do *ogan* é um produto de uma estratégia política cujo objetivo geral é a defesa do espaço social do Candomblé, por conseguinte, do território da comunidade afro-brasileira organizada por alguém que compreenda os valores espirituais, ou seja humanos, que essa religião sintetiza:

> Como resultado da perseguição policial aos candomblés, se criou até uma nova categoria na hierarquia sacerdotal dos terreiros: o *ogan*. Os ogans funcionam como espécie de patronos honorários do candomblé, em geral pessoas com prestígio bastante para proteger o terreiro, seu corpo sacerdotal e seus frequentadores-crentes, da violência costumeira das autoridades públicas. (Nascimento, Abdias; 2016, p.125).

Decerto, é fascinante perceber como, para Abdias Do Nascimento, até mesmo a conquista de prestígio do Candomblé em alguns estratos sociais vinculados à burocracia estatal, a intelectualidade e outros estratos das classes médias em geral torna evidente o seu caráter inescapavelmente combativo, enquanto organização política. Onde outros, poderiam enxergar a evidência de relações raciais harmônicas através da história social das religiões afro-brasileiras, Nascimento aponta o caráter permanente do conflito entre brancos e negros, tendo em vista a existência do Candomblé em uma sociedade onde o direito à liberdade e à religiosidade do afro-brasileiro está condicionado ao regime político aparelhado por grupos políticos brancos. Como evidência desse raciocínio o autor aponta para a relação do Candomblé com o braço armado do Estado: a polícia. Analisando a busca por legitimidade do Candomblé como uma resposta pragmática ao embate dessa religião para

com as forças da ordem branca. Indo além, o autor aponta como indicador dessa relação a intervenção jurídica do Estado nos terreiros:

> O indicador final e sintomático do prestígio que as religiões afro-brasileiras gozam na sociedade do país está na exigência que dura séculos, de serem os seus templos as únicas instituições religiosas no Brasil com registro obrigatório na polícia. Esta medida de caráter compulsório continua vigorando atualmente em todos os estados da República, exceto na Bahia, cujo governador, um ano atrás, revogou aquela exigência pelo decreto 25.095, de 15 de janeiro de 1976. (Nascimento, Abdias; 2016, p.127).

Por conta desse tipo ação estatal, onde a inclusão do negro e suas instituições é tardia e nominal, para Abdias Do Nascimento é evidente a existência de um movimento histórico em prol da realização do genocídio do povo afro-brasileiro. Assim, toda e qualquer manifestação cultural autônoma do povo preto, ou seja, um produto direto das suas tradições, é uma tentativa de sobrevivência dessa comunidade. Logo, embora a diversidade cultural exista no país, na interpretação de Abdias Do Nascimento, ela não dispõe de qualquer proteção do estado democrático de direito. Assim, toda interação dos costumes afro-brasileiros com o arquétipo cultural defendido pelas instituições políticas hegemônicas, se dá na forma de uma assimilação ou aculturação, ou seja, de um conflito direto ou indireto, onde apenas uma identidade pode permanecer culturalmente hegemônica: a dos brancos.

> A sociedade dominante no Brasil praticamente destruiu as populações indígenas que um dia foram majoritárias no país; essa mesma sociedade está às vésperas de completar o esmagamento dos descendentes africanos. As técnicas usadas têm sido diversas, conforme as circunstâncias, variando desde o mero uso das armas, às manipulações indiretas e sutis que uma hora se chama assimilação, outra hora aculturação ou miscigenação; outras vezes é o apelo a unidade nacional, à ação civilizadora, e assim por diante. (Nascimento, Abdias; 2016, p.127).

Muito embora, Abdias Do Nascimento não desconsidere a capacidade de ordenação da sociedade civil por parte do Estado nacional, ele não acredita que a consciência nacional, formada a partir de um processo de concentração unilateral do poder econômico e político, possa ser uma via para o combate ao racismo no Brasil. Isso porque a própria formação do Brasil como Estado-Nação é por si só, em sua leitura, superficial. Logo, depositar esperanças de elaborar um programa con-

tra o genocídio em um pacto nacional frágil, justamente por ter excluído a base popular não branca, é, para Abdias Do Nascimento, um contrassenso.

É interessante salientar que essa posição será, em alguma medida, revista mais tarde em outras obras, quando Abdias Do Nascimento vai buscar alinhar a ideologia panafricanista com a luta nacional promovida a partir do quilombismo. Ademais, é extremamente relevante enfatizar o descrédito de Abdias Do Nascimento à consciência brasileira, algo que em seu humanismo, pretensamente universalista, o próprio teórico contraditoriamente toma como algo abstrato. Entretanto, a contradição em seu apelo, que deixa de lado a consciência nacional e apela à consciência humana, não pode ser vista como mero idealismo. Aos possíveis pesquisadores do pensamento político afro-brasileiro, fica aí o indicativo de uma possível pesquisa, pois a fala abaixo é muito mais um testemunho histórico da esperança preservada por Abdias Do Nascimento em relação a uma época de derrotas históricas das forças democráticas na qual ele viveu. Noutras palavras, é uma consideração com mais valor de testemunho histórico do que necessariamente elemento para uma teoria política.

> Na impossibilidade de apelar para a consciência brasileira, acreditamos que a consciência humana não poderá permanecer inerte, endossando a revoltante opressão e liquidação coletiva dos afro-brasileiros que estamos documentando nestas páginas, tanto mais eficaz quanto insidiosa, difusa e evasiva. Caracteriza-se o racismo brasileiro por uma aparência imutável, polivalente, que o torna único; entretanto, para enfrentá-lo, faz-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate antirracista e antigenocida. Porque sua unicidade está na superfície; seu objetivo último é a obliteração dos negros como entidade física e cultural. (Nascimento, Abdias; 2016; p. 169)

Tendo isso em vista, Abdias Do Nascimento argumenta sobre a necessidade do povo afro-brasileiro de ter autonomia político-ideológica. Não está nessa arguição a ideia de que a epistemologia do pensamento social ocidental deve ser negada em absoluto, mas sim de que a teoria social e política ocidental deve ser superada para a criação de uma agenda, não apenas de pesquisa, mas de ação social em prol da transformação da realidade das minorias. Essa nova doutrina, de acordo com Nascimento, necessita ser pan-africanista, ou seja, transnacional. O desenvolvimento desse programa é a tarefa histórica do povo negro:

> Atualmente, entretanto, os negros rejeitam qualquer tipo ou forma de "mandato" advogado por brancos em nosso nome – seja ele o mandato da casa dos representantes do capitalismo ou de qualquer ideologia, doutrina ou sistema que não reflita, de forma autêntica, os reclamos da experiência negra e africana; que não se ajuste aos objetivos humanísticos, políticos, econômicos e culturais que se radicam historicamente na estrutura comunal ou coletivista da tradição africana de organização da sociedade. O pensamento e a ação dos negros e africanos deverão proceder a uma atualização crítica e revolucionária dos valores especificamente seus, integrando, somando os valores de outras origens, selecionados segundo o critério de sua funcionalidade e apropriadamente reduzido às necessidades da Revolução Africana. Devemos nós, africanos e seus descendentes, enfatizar nossa capacidade de agir no projeto deste mundo atual, o de modelar a civilização do futuro, aberta a todos os eventos e expressões da existência humana, livre de exploradores e explorados, o que resulta na impossibilidade de haver opressores e oprimidos de qualquer raça ou cor epidérmica. Não desejamos transferir para outros as responsabilidades que a história nos outorgou. (Nascimento, Abdias; 2016; p. 171)

Com esse verdadeiro discurso de guerra, colocaremos de lado, no presente texto, os aspectos mais revolucionários e teleológicos da Filosofia política de Abdias Do Nascimento, muito embora eles também possuam seu valor político, acreditamos ser mais útil focar na dimensão mais prática da sua Filosofia política, a fim de evitar redundâncias. Por isso, vamos agora aos aspectos de natureza mais estratégica e prática. Enxergaremos agora, não apenas o teórico, mas também o militante em sua busca por vias de agência política para os seus pares.

A ARENA DO COMBATE AO RACISMO.

Em *O Quilombismo - Documentos de uma Militância Pan-Africanista* o objetivo geral é relacionar a experiência dos africanos no Brasil com o combate ao racismo em escala global. Abdias Do Nascimento parte dessa ideia, porque acredita que a experiência do afro-brasileiro precisa ser integrada a um programa transnacional. O fato social que justifica essa integração, na interpretação de Abdias Do Nascimento, é que no território do Estado-Nação brasileiro o povo preto está sitiado em um cerco político institucional, produzido por uma ordem social estruturada pelo racismo. Dessa forma, a unidade panafricana é uma condição fundamental para responder, simultaneamente à realidade política nacional e internacional imposta pela diáspora africana. Não se trata aqui de uma perspectiva meramente cul-

turalista, que promete refazer o caminho da diáspora ao reafirmar os laços de unidade histórica do povo negro disperso no Ocidente, trata-se sim de um internacionalismo de cunho obviamente revolucionário, refletido a partir da verificação da necessidade de coesão dos núcleos mais elementares da sociedade negra até as suas contrapartes mais vastas. Compreender esse aspecto, independentemente de discordar ou concordar com a Filosofia política de Abdias Do Nascimento, é perceber justamente o motivo do seu livro ser intitulado como *Quilombismo* e não *Partidarismo*. É notar, como fazem os historiadores, a particularidade histórica de um sujeito político que dada as circunstâncias na qual estava integrado, buscava encontrar novas formas de mobilização política.

> Para o restabelecimento da integridade de nossa família – a família africana, no continente e fora dele -, é impossível o reforço dos vínculos ideológicos e culturais como condição prévia de nosso sucesso. Estamos conscientes de que nossa luta transcende os limites dos nossos respectivos países: o sofrimento da criança, da mulher e do homem negros é um fenômeno internacional. (Nascimento, Abdias; 2016; p. 37)

Abdias Do Nascimento argumenta que a luta contra o racismo deve ser internacional, porque as instituições políticas na arena nacional são estruturadas a partir da supremacia política branca. Essa supremacia, em sua Filosofia política, é uma manifestação da desigualdade estrutural entre pretos e brancos na sociedade brasileira. Este monopólio político, embora não seja, obviamente, considerado inquebrantável por Nascimento, está profundamente integrado à ordem social do país. Nesse sentido, o reforço político-institucional à ditadura branca no sistema político brasileiro não é mera questão governamental, passível de ser transformada caso um novo programa de governo assuma o controle do Estado sem transgredir os limites da democracia liberal burguesa. Para Nascimento, esse monopólio político é uma constante histórica cuja dinâmica e a temporalidade independe imediatamente de mudanças sociopolíticas e socioeconômicas de curto prazo, já que a questão racial estrutura as relações de poder de maneira muito mais profunda do que o regime político ratificado pela lei do Estado representativo, e sua controlada participação popular a cada biênio. Noutras palavras, a supremacia política é um estrutura subjacente as formas políticas de organização da sociedade brasileira através da História: Colônia, Império, República, assim como as múltiplas variações dessas três formas gerais que se combinam em diferentes regimes, dinâmicas de

governação, através da História do país, sejam eles, oligárquicos, autoritários, democráticos, neoliberais, social-democratas.

> Um rígido monopólio do poder permanece, no Brasil, nas mãos da camada "branca" minoritária, desde os tempos coloniais até os dias de hoje, como se fosse um fenômeno de ordem natural ou de um perene direito "democrático". O mito da "democracia racial" está fundado sobre tais premissas dogmáticas. Daí resulta o fato surpreendente de todas as mudanças socioeconômicas e políticas verificadas no país, desde 1500 a 1978, não terem exercido a menor influência na estrutura de supremacia racial branca, que continua impávida – intocada e inalterável, O fator da condição racial permanece de forma irredutível, como fundamental contradição dentro da sociedade brasileira. (Nascimento, Abdias; 2016; p. 38)

Como o Brasil pode ser um regime republicano, democrático, se a esfera política da sociedade nacional está estruturada em mecanismos de conservação do poder político à uma minoria? É a partir desse dilema que Abdias Do Nascimento chamou atenção para a qualidade estrutural da desigualdade entre brancos e pretos no país. Tomando o cuidado de argumentar que o entendimento sobre essa situação política não se explica apenas a partir da crítica ao capitalismo enquanto modelo econômico. Para exemplificar essa insuficiência da análise puramente economicista, o autor chama atenção para as migrações de trabalhadores em fins do séc. XIX. É interessante notar como, para Nascimento, o proletariado brasileiro é racialmente artificial, pois o assentamento desse contingente de trabalhadores no Brasil, não significou a regularização do trabalho dos afro-brasileiros, mas sim um esforço para excluí-los da classe trabalhadora formal, mantê-los na ilegalidade, mesmo que esses fossem protagonistas nos quadros das forças produtivas do sistema econômico brasileiro através de toda sua história.

> Tempos atrás, durante minha infância e adolescência, comecei a testemunhar o fenômeno que vem ocorrendo desde os fins do século XIX: a invasão do país por levas e levas de trabalhadores brancos vindos da Europa, com apoio de seus governos de origem e com ajuda financeira e outras facilidades dispensadas pelos governos do Brasil. Ao passo que isso acontecia, a enorme força de trabalho negra era rejeitada, ontem assim como hoje, por aqueles que incorporam o "sistema econômico". O "sistema" diretamente, e os imigrantes indiretamente, excluíram o negro, de maneira insensível e cruel, de qualquer oportunidade significativa de trabalho. Ambos, tanto o chamado "sistema de produção" quanto o proletariado imigrante, se beneficiaram e cresceram por mercê da espoliação e do despojamento total do descendente africano. (Nascimento, Abdias; 2016; p. 38)

Contudo, mesmo montando esse quadro de total exclusão econômica e política do negro brasileiro, Abdias Do Nascimento não vê a construção de uma via de combate internacional ao racismo como um abandono, por parte do povo afro-brasileiro, da disputa política pelo controle do Estado. Afinal, como podem os negros, sendo desfavorecidos nacionalmente, lutarem para integrar sua luta por autonomia com a dos seus pares na África e na América, negando a disputa pelo poder em nível nacional? Contudo, a disputa política interna defendida por Abdias deve ser revolucionária, não podendo assim estar circunscrita nos limites de um regime político criado para preservar o monopólio dos brancos. Por isso, para Abdias Do Nascimento, o povo negro deve se ancorar no fato de ser maioria absoluta na república para realizar uma reforma estrutural do sistema político brasileiro, ou seja, construindo um regime democrático radical.

Nas páginas do *Quilombismo* isso significa que o povo preto deve se erguer enquanto nação, refundando o pacto político sobre o qual se ordena a sociedade. Esse processo de renovação do pacto nacional, deve, em moldes democráticos, buscar total integração dos povos no território do Brasil. Por isso, Abdias Do Nascimento defende que a tarefa histórica do povo negro é buscar disputar o controle do país por meio da construção de alianças com os povos indígenas.

> Semelhante à situação dos irmãos negros da União Sul-Africana, nossa tarefa é tomar posse e controle daquilo que nos pertence, ou seja, do país que edificamos; e isso deverá ser realizado em fraterna igualdade e comunhão com os poucos índios brasileiros que sobreviveram a idêntico massacre e espoliação racista sofridos pelos africanos. Não esqueçamos que enquanto os jesuítas tentavam domesticar e aculturar os indígenas que, em seguida, foram sistematicamente dizimados, os africanos e seus descendentes construíam as fundações socioeconômicas do país. Construímos, enquanto a escória portuguesa que para aqui veio "colonizar, civilizar, cristianizar" torturava africanos, estuprava negras e índias no fundo das redes, caçava com armas de fogo aqueles africanos sublevados nos quilombos. São tempos passados e presentes, duramente sustentados por agentes econômicos subjugados e produtivos. (Nascimento, Abdias; 2016; p. 43)

Tendo caracterizado o desafio político, que é a construção de uma democracia verdadeiramente popular no Brasil, e os sujeitos históricos que devem protagonizar essa tarefa hercúlea, resta a Abdias Do Nascimento apresentar aquela, que para ele, deve ser uma das principais vias para a mobilizar a sociedade civil para a execução desse projeto: o quilombismo. Para demonstrar a pertinência desse movi-

mento social, Abdias chama atenção para dois elementos: o valor do saber negro-africano e a importância da memória do afro-brasileiro. Esses elementos relacionam-se no seguinte sentido: a antiguidade do saber africano é um meio de preservação da memória dos afro-brasileiros. Assim, essa relação é importante para a luta política defendida por Abdias Do Nascimento, porque no Brasil, ao menos no espaço institucional ocupado por instituições escolares, esse vínculo não é fomentado. Logo, a falta de apoio do sistema de educação brasileiro, conjugada as barreiras econômicas, impedem que o descendente de africano no Brasil reconheça a si mesmo e os seus pares no mundo:

> Nunca em nosso sistema educativo se ensinou qualquer disciplina que revelasse algum apreço ou respeito às culturas, artes, línguas e religiões de origem africana. E o contato físico do afro-brasileiro com os seus irmãos no continente e na diáspora sempre foi impedido ou dificultado, entre outros obstáculos, pela carência de meios econômicos que permitissem ao negro se locomover e viajar fora do país. Porém, nenhum desses empecilhos teve o poder de obliterar completamente do nosso espírito e da nossa lembrança a presença viva da Mãe África. (Nascimento, Abdias; 2016; p. 274)

Nesse sentido, a preservação da memória afro-brasileira é um processo de conscientização sobre o papel do povo preto na produção dos costumes, assim como também das riquezas da civilização material. O despertar da consciência negra, àquela capaz de levar em curso o projeto revolucionário defendido por Abdias Do Nascimento, deve se dar a partir dessa relação com a História. Somente assim o sentimento quilombista, capaz de arregimentar o povo preto para a intervenção política na sociedade brasileira, pode ser criado.

Portanto, o quilombismo, para Abdias Do Nascimento, é o movimento social afro-brasileiro, nascido da relação entre o saber histórico sobre e dos africanos para com a memória do afro-brasileiro, cujo sentido político é organizar os negros em instituições capazes de transformar as comunidades pretas. Vale a pena salientar, que o quilombismo, na leitura histórica de Abdias Do Nascimento, não é novo, tampouco está codificado nas regras de uma organização partidária, diretamente em sintonia com o mundo político contemporâneo, ocidental, hegemonizada por culturas políticas difundidas por intelectuais brancos do norte global. Não, para Abdias Do Nascimento, o quilombismo, movimento social de potencial revolucionário,

é quase tão velho quanto a própria história do país, desenvolvendo-se justamente no substrato das contradições que configuram o lugar social do negro no Brasil:

> O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, que facilitava sua defesa e organização econômico social própria, como também assumiram modelos de organização permitidos ou tolerados, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. (Nascimento, Abdias; 2016; p. 281)

Com essa caracterização esperançosa em mente, vamos a conclusão desse artigo. Tendo em vista, a Filosofia e as estratégias políticas apresentadas por Abdias Do Nascimento ao povo preto por meio de suas obras, iremos agora retomar a questão inicial, respondendo, enfim, qual seria o sentido desse conteúdo na educação política do povo afro-brasileiro hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - EM QUAL ESPAÇO SOCIAL ESTÁ A ESCOLA ONDE SÃO ESTUDADOS OS INTELECTUAIS PRETOS?

Entender o sentido da Filosofia política de Abdias Do Nascimento no espaço escolar, demanda brevemente compreender o perfil e a função da escola na sociedade brasileira. O espaço escolar como instituição social cumpre uma função política conservadora em relação às tradições, isso inclui as formas de poder instituídas em sociedade que são consideradas legítimas, ou seja, em alguma medida ratificadas junto ou com o valor da lei. Dessa maneira, intelectuais como Abdias Do Nascimento pouco ou nada acrescentariam a escola brasileira tradicional, pois seu objetivo institucional encontra-se em difundir ideologias que preservam a hegemonia das classes dominantes brasileiras, ou seja, as elites dirigentes brancas. Dito isso, apenas um espaço de ensino e aprendizagem que buscasse transcender a escola tradicional pedagógica e politicamente seria capaz de transformar a contribuição intelectual à História das ideias políticas por parte de Abdias Do Nascimento em um conteúdo programático de importância primeira na formação de jovens mentes, especialmente, as pertencentes a comunidade afro-brasileira.

Contudo, que espaço de ensino e aprendizagem teria condições materiais para um empreendimento educacional desse calibre? Certamente, podemos excluir como resposta para essa questão os modelos escolares mais antigos, oriundos do período colonial brasileiro. Primeiramente, por conta do óbvio papel político que cumpriram na formação cultural das elites e dos estratos mais antigos das classes médias que se arregimentam em partidos, na burocracia e outros segmentos da sociedade civil frequentemente como adversárias do projeto político defendido por Abdias Do Nascimento. Segundamente, porque sua metodologia de matriz jesuítica, obedece à uma epistemologia abstrata, onde o estudo do histórico se perde na esquematização de debates puramente metafísicos, periodizações idealistas da realidade social que o próprio Abdias Do Nascimento condenou e ao qual atribui a paternidade de conceitos como democracia racial. Desse pensamento social limitado a leituras secas, exposições de razão fria, feitas por intelectuais que se alienam da realidade para entendê-la, a Filosofia política de Abdias está radicalmente oposta. Apenas a proposta dialógica, que articula o território como espaço social subordinado à agência política dos sujeitos históricos nele formados, é possível trazer, como introduções à formação cívica, as contribuições de Nascimento ao ensino de Filosofia, História, Sociologia e Política.

Assim, apenas através desse território escolar aquilombado, e, portanto, organizado para a difusão de uma consciência histórica negra politicamente autônoma, as palavras de Abdias Do Nascimento seriam as primeiras linhas de uma interpretação crítica que sistematizaria as insatisfações do aluno, do professor e dos trabalhadores pretos em um programa político, onde ambos tomam para si a responsabilidade de reivindicar o espaço da sua classe no sistema político do país. Nesse lugar, os escritos de Abdias Do Nascimento tratados como matéria filosófica ou científica, contribuíram e contribuirão para o entendimento do tabuleiro social dos pretos no Brasil, o jogo do racismo e as estratégias necessárias para organização do poder popular em prol de um projeto social para o Brasil arquitetado por aqueles cujo trabalho construiu a comunidade política que chamamos nação brasileira.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia Das Letras, 2012.

DE ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. Chapecó: Grifos, v. 23, n. 36/37, p. 117-126, 2014.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. CAPITALISMO DEPENDENTE: e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global Editora, 2021.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2020.

PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada. Os historiadores, Clássicos da história do Brasil: Vol. 4-Dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2018.

POCOCK, John Greville Agard et al. Political thought and history: essays on theory and method. Cambridge University Press, 2009.

POCOCK, John Greville Agard. Linguagens do Ideário Político. Vol. 25. Edusp, 2003.

ROCHA, Gabriel dos Santos. O negro como tema e sujeito na produção intelectual de Abdias do Nascimento, 1944-1968. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Rosemere Ferreira da. Trajetórias de dois intelectuais negros brasileiros: Abdias Nascimento e Milton Santos. Orientador: Profª. Drª. Florentina da Silva Souza. 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010.